

9+3=12, sim, mas e o tempo? e o modo?

Fátima Guimarães

O governo fez sair uma proposta de lei que alarga de 9 para 12 anos a escolaridade obrigatória para os alunos que em 2009/2010 se matriculem no 7.º ano de escolaridade. Pretende, assim, concretizar «mais um ambicioso objectivo: uma Educação de qualidade para todos, indissociável do regime democrático, da igualdade de oportunidades, da inclusão e da coesão sociais e do desenvolvimento económico e tecnológico», considerando ser este «o momento para avançar», existirem «as condições para o fazer, quer em meios humanos, quer em meios físicos».

Em sintonia, partidos da oposição, e até sindicatos, aplaudiram a iniciativa parecendo partilhar a 'bondade' absoluta desta lei. Contudo, os números e as práticas, do passado e no presente, não deixam perfilhar o optimismo e a confiança neste alargamento e indiciam poder ser muito problemática a sua implementação. Portugal foi dos primeiros países do mundo a instituir a escolaridade obrigatória (1835). Muitos países da Europa, só em finais do sec. XIX, princípios do sec. XX o decidiram. No entanto, 40 anos depois, Portugal continuava a ser um dos países europeus com a taxa de escolarização mais baixa. A escolaridade obrigatória, fixada em 1986 em 9 anos, demorou uma década a ser transposta para a prática efectiva, ainda hoje não é cumprida na íntegra e, com um problema grave de abandono escolar, continuamos na cauda da Europa na taxa de alunos que terminam o ensino secundário (estando para se ver o que vão resolver programas como o das Novas Oportunidades ou o dos CEF). De entre os 27 membros da UE, 12 países mantêm 9 anos de escolaridade obrigatória (entre eles a tão referida Finlândia) e somente 5 países possuem uma obrigatoriedade de frequência escolar até aos 18 anos. Países europeus com uma escolaridade obrigatória menos longa apresentam melhores resultados do que nós em termos de escolarização.

Em recentes palavras da Ministra da Educação, «500 mil jovens não concluíram a escolaridade obrigatória de 9 anos ou não terminaram o secundário», pelo que reconheceremos todos que esta situação questiona fortemente as oportunidades efectivas de um aluno concluir o 12.º ano em 12 anos. A tutela acredita que «em condições normais, e se o sistema educativo for eficiente, todos os alunos podem concluir o 12.º ano». Será assim? Um estudo recente¹ sobre as saídas previsíveis do Sistema de Educação e Formação para o mercado de trabalho, mostra que, em 100 alunos matriculados à entrada da escolaridade, apenas 49 atingirão o 6.º ano sem qualquer retenção, sendo que 10 alunos abandonarão o sistema de ensino e apenas 28 concluirão os 9 anos de escolaridade básica obrigatória sem qualquer retenção.

A análise dos dados obtidos em diversos países industrializados evidenciam que os alunos provindos de grupos sociais mais desfavorecidos quando sofrem retenções (e é nestes alunos que mais acontecem) apresentam as probabilidades mais baixas de continuar os estudos. Persistem pois mecanismos e processos de selecção escolar que penalizam fortemente as trajectórias individuais destes alunos revelando que há dois tempos e duas velocidades na qualificação escolar e, portanto, uma tendência de perpetuação e até intensificação das desigualdades sociais. Nestas condições, o aumento da escolaridade obrigatória contribuirá para a diminuição da exclusão social e a desigualdade social? Com um longo caminho a trilhar no processo educativo que já existe, antes de 'arrumar a casa', Portugal mais uma vez resolve tomar a dianteira, e ser este o tempo e o modo para avançar, acrescentando mais 3 anos à escolaridade obrigatória dos nossos jovens.

Esta decisão surge num momento em que o sistema educativo, as escolas, e os professores] atravessam um período difícil, e certamente demorado, de adaptação a um conjunto de medidas, que surgiram muito perto umas das outras (nomeadamente as relacionadas com o estatuto da carreira docente, avaliação dos professores, a organização e gestão das escolas), e que estão a gerar perturbações tensões e desajustamentos. Mais uma vez as escolas e os professores não foram ouvidos, mas sabem que os problemas que o alargamento da escolaridade para 12 anos levanta são muitos, complexos e muito difíceis de ultrapassar. Entre os professores de todos os graus de ensino e as respectivas tutelas há uma ferida aberta ainda longe de sarar. Como refere António Nóvoa, «não é possível trabalhar pedagogicamente no meio do ruído, no meio do barulho, no meio da crítica, no meio da insinuação». Para além dos meios técnicos, materiais e humanos é necessário ganhos significativos no sistema, com a diminuição dos ainda muito elevados insucesso e abandono escolares, a requalificação do ensino público, o desenvolvimento de práticas eficazes e generalizadas de apoio aos alunos com maiores dificuldades de integração e de aprendizagem. Nada será conseguido sem a existência de calma e tranquilidade nas escolas, de sossego e tempo indispensáveis para o cumprimento da função de ensino, essencial do professor, e das múltiplas e diversas outras funções que se lhe exige, e à Escola, porventura já excessivas e deslocadas. Também não se minimizará o impacto do alargamento da escolaridade obrigatória se não se alterarem as políticas públicas em relação aos professores para que estes possam o tempo e as condições pessoais e profissionais para ir mais longe.

¹ Carneiro, R. (Dir. e Coord.) et. al.. (2007). *A baixa qualificação em Portugal. Relatório final*. Universidade Católica. Lisboa.

Fátima Guimarães
EB 2,3 Telheiras